

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

Roseane Arce Romeiro

**O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA DO
NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO EM
BELA VISTA/MS.**

Jardim
2011

ROSEANE ARCE ROMEIRO

**O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA DO
NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO EM
BELA VISTA/MS.**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso, realizada como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras, Habilitação Português/Inglês, pela UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul- Unidade de Jardim, sob a orientação da Professora Esp. Cláudia Maria Marinho Américo dos Reis.

Jardim
2011

FICHA CATALOGRÁFICA

ROMEIRO, Roseane Arce.

O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA DO NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO EM BELA VISTA/MS. UEMS- Universidade Estadual de Mato Grosso do sul, Jardim, 2011, p. 57.

1. Educação Especial – 2. Deficiência Múltipla – 3. Língua Portuguesa – 4. Prática de ensino.

É concedida a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso, somente para fins acadêmicos científicos.

ROSEANE ARCE ROMEIRO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

CURSO DE LETRAS HABILITAÇÃO PORTUGUÊS-INGLÊS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA DO
NO ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM ESTUDO EM
BELA VISTA/MS.**

APROVADO EM: _____/_____/_____

Orientadora Esp. Cláudia Maria Marinho Américo dos Reis

UEMS

DR: Susylene Dias de Araújo

UEMS

MS: Patrícia Gressler Groenendal da Costa

UEMS

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por prover saúde e força de vontade para realizar mais uma das minhas conquistas.

A minha família, pela dedicação e determinação com que acreditaram no meu esforço e pela admiração e carinho dedicados a mim.

Ao meu esposo, Assunção pelo apoio e compreensão.

A minha orientadora, Professora Cláudia Maria, pela atenção e dedicação para a conclusão deste trabalho.

Aos professores do curso de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, unidade de Jardim.

A professora da Escola Estadual Castelo Branco, que aceitou responder ao questionário contribuindo para a obtenção da coleta dos dados. E ao aluno, que contribuiu para a realização da pesquisa.

“Temos o direito a sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; Temos o direito a sermos diferentes, quando a igualdade nos descaracterizar”.

Boaventura de Souza Santos

RESUMO: Atualmente observamos a grande demanda de alunos portadores de necessidades especiais, incluídos nas classes de ensino regular, e que conseqüentemente, exigem que as escolas toda a comunidade escolar se adaptem e se adequem principalmente no que diz respeito à capacitação, métodos específicos e dinâmicos que estimulem o aprendizado dos alunos com atendimento educacional especializado e que promovam a interação aluno e professor e aluno/ aluno. Esta pesquisa pretende mostrar o quanto é importante para estes alunos, que os professores busquem capacitação e qualificação e conhecimentos específicos, sobre os problemas apresentados por cada aluno que necessite de atendimento educacional especializado, levando-os a uma reflexão teórica sobre sua postura enquanto profissional. Dados foram coletados, junto a professora de Língua Portuguesa, de uma escola de ensino regular, especificamente no 9º ano do Ensino Fundamental, da Educação Básica, em que estuda um aluno que apresenta quadro de deficiência múltipla. Posteriormente, são relatadas as experiências tanto do professor como do aluno em variados aspectos do processo ensino-aprendizagem presenciado tanto dentro da sala de aula como em todo o contexto escolar, relacionados com as aulas de Língua Portuguesa buscando revelar valores importantes para a efetivação da integração do mesmo as aulas e contribuir na construção do processo de ensino.

Palavra Chave: Educação Especial - Deficiência Múltipla- Língua Portuguesa- Processo ensino aprendizagem.

ABSTRACT: Nowadays, we see the great demand for students with special needs included in regular education classes, and therefore, require that schools and entire school community to adapt and suited especially with regard to training, specific methods and dynamic to encourage the learning of students with specialized educational services and to promote interaction between student and teacher and student/ student. This research aims to show as much as it is important for these students, teachers seek training or qualifications and expertise on the problems presented by each student with specialized educational services, leading them to a theoretical reflection on its posture as a professional, where data were collected along the Portuguese Language teacher, a school of educational, specifically in the 9th year of primary education, basic education, which goes to a student who presents with multiple disabilities. Later, the experiments are reported both the teacher and the students in various aspects of the teaching-learning process witnessed both within the classroom and around the school context, related to the Portuguese Language classes in order to reveal important values for effective integration of the same classes and contribute to the acquisition of intellectual knowledge.

KEYWORD: Special Education- Multiple-Disabilities-Portuguese Language-Teaching and learning process.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 10 |
| CAPÍTULO I | |
| PRESSUPOSTOS TEÓRICOS | |
| 1.1 Conceitos de Educação Especial..... | 12 |
| 1.2 História da Educação Especial no Brasil..... | 13 |
| 1.3 Educação Especial em Mato Grosso do Sul..... | 17 |
| 1.4 Educação Inclusiva..... | 19 |
| CAPÍTULO II | |
| ANÁLISE DE DADOS | |
| 2.1 Aspectos Relevantes na Postura do Professor, Comunidade Escolar, Currículos, Material Didático, Recursos Físicos e Avaliação..... | 22 |
| 2.1.1 Papel da Escola..... | 26 |
| 2.1.2 Material..... | 27 |
| 2.1.3 Currículo..... | 27 |
| 2.1.4 Avaliação..... | 28 |
| 2.1.5 Estrutura Física..... | 29 |
| 2.1.6 Sala de Recursos..... | 30 |
| 2.1.7 Metodologia..... | 30 |
| 2.2.8 Processo de Interação..... | 32 |
| 2.2 Dificuldades e acertos do Professor de Língua Portuguesa, encontrados ao longo do processo de interação e construção do conhecimento do aluno que apresenta Deficiência Múltipla..... | 32 |
| 2.3 O Papel da Escola diante da Inclusão e Integração: o ideal e o real..... | 35 |
| CAPÍTULO III | |
| SOB UMA VISÃO CRÍTICA | |
| 3.1 Deficiência Múltipla..... | 38 |
| 3.2 A Visão do Aluno que apresenta Deficiência Múltipla diante do ensino de Língua Portuguesa oferecido pela Escola Regular..... | 40 |
| 3.3 A Visão da Professora de Língua Portuguesa..... | 44 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 48 |
| REFERÊNCIAS | 50 |
| ANEXO | 54 |

INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa tornou-se relevante a partir do contato com os professores de Língua Portuguesa, durante os períodos de estágios nas 3^o e 4^o séries do curso de Letras, com relação ao processo pedagógico abordado dentro da sala de aula, para os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado para a sua plena participação das aulas de Língua Portuguesa.

A partir da importância do aprendizado da Língua Portuguesa para a formação do cidadão, tornou-se necessário que os professores, assim como, todos da comunidade escolar desenvolvam, elaborem propostas educacionais com o objetivo de atender a todos os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado, de acordo com as suas dificuldades ou necessidades que interferem diretamente ou indiretamente para a aquisição do conhecimento educacional e intelectual do aluno.

Portanto, este trabalho tem como objeto de pesquisa a prática pedagógica desenvolvida por uma professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental ao ministrar suas aulas a um aluno que apresenta Deficiência Múltipla, pois é uma realidade cada vez mais frequente em muitas escolas do Brasil, já que escolas recebem alunos que exigem de atendimento educacional especializado, mas não oferecem um atendimento adequado e específico para a inclusão destes em salas regulares e com professores não preparados.

Pretende-se com esta pesquisa aprofundar o conhecimento referente à Educação Especial e Educação Inclusiva inserida na disciplina de Língua Portuguesa como forma de garantir a efetivação do processo de ensino aprendizagem do aluno que necessite de atendimento educacional especializado.

Diante disso, o trabalho está embasado nos seguintes teóricos: Mazzota (2001), Prado (2001), Batista (2005), Pozo (2002), Libâneo (2008) que contribuirá para uma ampla reflexão acerca da prática pedagógica e do processo ensino-aprendizagem que o professor apresenta e disponibiliza ao aluno com atendimento educacional especializado. Entretanto, a prática pedagógica exige do educador a formação continuada como intuito de oferecer um atendimento de qualidade para que se alcance o sucesso do processo de aprendizagem do aluno.

A sociedade atual exige um comprometimento com as mudanças e transformações relevantes para a evolução do conhecimento, por isso, espera-se que esta pesquisa

contribua para o conhecimento sobre a Educação Especial e prática de ensino dinâmico, assim como a educação inclusiva, deficiência múltipla com o propósito de apresentar aos professores que é de suma importância estar sempre em busca de novos conhecimentos e de novas experiências sobre a educação, a prática de ensino para ser aplicados em sala de aula a todos os alunos.

Para a elaboração da pesquisa, foi relevante coletar os dados por meio de roteiro de entrevista com 14 questões baseadas na visão da professora de Língua Portuguesa no âmbito do contexto educacional, metodológico, pedagógico, social e profissional em relação à prática pedagógica da professora e da escola que recebe o aluno, sendo que a entrevista foi realizada na Escola Estadual Castelo Branco, localizado no município de Bela Vista, Mato Grosso do Sul. Enfim, o resultado do questionário será base desta pesquisa que almeja mostrar a realidade de muitas escolas de ensino regular que recebem os alunos com atendimento educacional especializado em salas de aulas regulares.

Nesse sentido, o presente trabalho optou-se pela metodologia de pesquisa de cunho qualitativo que enfatiza que este tipo de investigação envolve todo o contexto social da sala de aula, considerando a visão que os participantes deste contexto tem sobre o que esta sendo investigado. Em relação à pesquisa de campo, para Furasté (2008, p. 35), afirma “É uma pesquisa que busca conhecer aspectos importantes e peculiares do comportamento humano em sociedade”.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 Conceito de Educação Especial.

A Lei nº 9.394/96¹, estabelece o conceito de Educação Especial presente no Artigo 58:

Artigo 58- Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais.

1§ Haverá quando necessário serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

2§ O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

3§ A oferta de educação especial, dever constitucional do estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Conforme o Decreto nº 3.298 (1999), enfatiza que a Educação Especial é considerado como modalidade escolar:

Art.24: § 1º - Entende-se um processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais, comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

A Educação Especial está inserida, nos diferentes níveis da educação escolar como na Educação Básica, que abrange a Educação Infantil, Educação Fundamental e o Ensino Médio.

Torna-se importante rever as concepções, idéias e pareceres sobre a Educação Especial e re-elaborar novos paradigmas que contribuirão para o desenvolvimento destes

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996).

alunos, sendo que é de suma importância respeitar e atender as necessidades individuais de acordo com as dificuldades encontradas no ensino aprendizagem.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394, 1996, no seu artigo 59, refere-se aos sistemas de ensino e prevê o atendimento específico aos alunos com necessidades especiais oferecendo:

I- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades;

II- Terminal idade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir para os superdotados;

III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns (LDBEN, 1996).

1.2 História da Educação Especial no Brasil

No Brasil, historicamente, ocorreu pouco investimento destinado a educação, cujo fator principal foi o descaso político que sempre prevaleceu e prevalece até aos dias atuais, mas aos poucos, a Educação Especial foi expandindo e ganhando espaço dentro do país, de forma lenta e isolada datadas por volta do século XIX e início do século XX.

Ocorreram criações de várias instituições com o objetivo de atender as pessoas com necessidades especiais. Sendo que essas instituições eram apenas de caráter assistencial, só auxiliavam os deficientes.

No Brasil, a Educação Especial teve como marco, segundo Mazzota (2001), a criação do “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”, na cidade do Rio de Janeiro, criado por D. Pedro II, através do Decreto Imperial nº 1428 no ano de 1854. E em 1890, Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do governo, assina o Decreto nº 408 que aprova a mudança do primeiro nome do Instituto para “Instituto Nacional dos Cegos”. Consequentemente, no ano de 1.891, o Instituto passa a adquirir um novo nome “Instituto Benjamin Constant” (IBC).

No ano de 1857, D. Pedro II fundou o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, no Rio de Janeiro e após cem anos de fundação no ano de 1957 foi denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), cuja finalidade era atender meninos surdos e mudos de 7 a 14 anos, no âmbito da educação literária e do ensino profissionalizante.

Segundo Mazzota (2001, p.31) houve a criação de 54 estabelecimentos de ensino regular e 11 instituições especializadas na Educação Especial no Brasil como:

Em Santa Catarina, no município de Joinville, o colégio dos Santos Anjos, de Ensino regular particular fundado em 1.909, com atendimento a deficientes mentais; no Rio de Janeiro, a Escola Rodrigues Alves, estadual regular para deficientes físicos e visuais, criada em 1.905, a Sociedade Pestalozzi do Rio de Janeiro particular especializada, criada em 1.948, para atender deficientes mentais; em Minas Gerais, a Escola Estadual São Rafael, especializadas no ensino de cegos, criada em 1.925, e a Escola Estadual Instituto Pestalozzi, especializada em deficientes auditivos e mentais, criada em 1.935; Instituto de Cegos da Bahia, em Salvador, criada em 1.936, especializado particular, e a Escola Especial Ulisses Pernambucano, estadual especializada em deficientes mentais, instalada em 1.941; no Rio Grande do Sul, o Instituto Pestalozzi criado em 1.926, particular especializado em deficientes mentais e o Instituto Santa Luzia, particular especializado em deficientes visuais, criado em 1.941; O Instituto Paranaense de Cegos em Curitiba, 1.944. O Instituto São Rafael, em São Paulo, criado em 1.940; Associação Linense para Cegos, criado em 1.948 na cidade de Lins; na capital em 1.913 foi criado o Instituto Estadual de Educação Padre Anchieta, estadual com atendimento a deficientes auditivos, o Instituto Santa Terezinha, particular especializado em deficientes auditivos, criado em 1.929, a Fundação Dona Paulina de Souza Queiroz, particular especializada em deficientes mentais, criada em 1.936, a Instituição especializada particular Lear - Escola São Francisco, criada em 1.943, para atender deficientes físicos, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil especializada particular criada em 1.946, as escolas estaduais regulares Grupo Escolar MISSBR OWNE e Grupo escolar Visconde de Ituauna, com atendimento a deficientes mentais, criados em 1950. (MAZZOTTA, 2001)

A criação destas Instituições para atender a Educação Especial, citada anteriormente foi de suma importância para a história do crescimento de novas instituições com este fim, no intuito de adaptar, integrar este aluno especial dentro do contexto escolar no sistema educacional brasileiro. Contudo, houve uma expansão e crescimento, a partir da metade do século XX, da Educação Especial e o desenvolvimento do Ensino para atender os alunos com deficiências ou necessidades educativas especiais.

De acordo com Mendes (2001), no período de 1950 a 1959, ocorreu uma grande expansão no número de estabelecimentos com funcionamento de ensino especial para pessoas deficientes mentais e a partir do ano de 1958, o Ministério da Educação começou a auxiliar com assistência técnico-financeira as secretarias de educação e instituições especializadas em atender alunos que precisassem de um ensino específico igualitário e de acordo com as reais necessidades especiais que o aluno apresente. Ainda neste período, ocorreu o aumento da escolarização destes alunos especiais em classes populares e ocorre também, a implantação de classes especiais para alunos com leve deficiência mental.

Em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, junto com o Ministério da Educação com a finalidade de expandir o atendimento aos alunos excepcionais no Brasil, logo foi modificado para SESPE (Secretaria de Educação Especial), e depois em 1990, passou a se chamar SENEb (Secretaria Nacional de Educação Básica) em conjunto com o DESE (Departamento de Educação Supletiva Especial), todos estes órgãos foram criados pelo Governo Federal com o intuito de planejar, fiscalizar e elaborar políticas sobre questões relevantes de portadores de deficiência especiais. (MAZZOTA, 2001).

De acordo com o ECA², a Lei nº 8.069, 1990, fica estabelecido que as crianças e os adolescentes que apresentem necessidades educativas especiais, problemas de conduta (condutas típicas) e superdotados (com altas habilidades) relacionadas à educação como mostra em seu artigo 54º, que dispõe sobre o atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A mesma Lei é apresentada na Constituição Federal no artigo 208, no capítulo III, em que relata a mesma idéia sobre o atendimento especializado como dever do estado com a educação, garantir o atendimento educacional especializado aos alunos com a deficiência ou necessidades educativas especiais que necessitem de auxílio no processo de ensino-aprendizagem de preferência, dentro do ambiente escolar, na rede regular de ensino no Brasil.

Em 1992, a CORDE³ apresentava a política da Pessoa Portadora de Deficiência que definia os objetivos para o atendimento dos alunos baseado nos princípios de promover e desenvolver a integração de alunos Especiais dentre:

- Formar e treinar multiplicadores para o atendimento educacional especializado;
- Propor reciclagem de professores do sistema regular de ensino, nos níveis estaduais e municipais;
- Estimular a formação de professores reabilitadores e educadores infantis;
- Fomentar a implantação de serviços de apoio aos educandos com necessidades especiais.

² Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1988).

³ Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. (CORDE)

Ainda sobre o atendimento educacional especializado, a Secretaria de Educação Especial (SEESP), (2005, p.9) esclarece que:

- Esse atendimento refere-se ao que necessariamente diferente da educação em escolas comuns e que é necessário para melhor atender as especialidades dos alunos com deficiência, complementando a educação escolar e devendo estar disponível em todos os níveis de ensino;
- É um direito de todos os alunos com deficiência que necessitem dessa complementação e precisa ser aceito por seus pais ou responsáveis e/ou pelo próprio aluno;
- O “preferencialmente” na rede regular de ensino significa que esse atendimento dever acontecer prioritariamente nas unidades escolares, sejam elas comuns ou especiais, devidamente autorizadas e regidas pela nossa lei educacional. A Constituição admite ainda que o atendimento educacional especializado possa ser oferecido fora da rede regular de ensino, já que é um complemento e não um substitutivo do ensino ministrado na escola comum para todos os alunos;
- O atendimento educacional especializado deve ser oferecido em horários distintos das aulas das escolas comuns, com outros objetivos, metas e procedimentos educacionais;
- As ações do atendimento educacional são definidas conforme o tipo de deficiência que se propõe a atender. Como exemplo, para os alunos com deficiência auditiva o ensino da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, de Português, como segunda Língua, para os alunos cegos, o ensino do código “BRAILLE”, de mobilidade e locomoção ou o uso de recursos de informática, e outros;
- Os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da licenciatura, devem ter uma formação específica para atuar com a deficiência a que se propõe atender. Assim como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções do professor mediador e responsável pela sala de aula das escolas comuns, que recebem alunos com necessidades especiais.

Atualmente, verifica-se a existência de inúmeras instituições, escolas que realizam a abordagem da Educação Especial que foram criadas e com o crescimento expandiram ao longo dos anos com o objetivo de promover o atendimento específico do indivíduo que apresente alguma necessidade seja, mental, surdez, dificuldade auditiva, estimulação essencial, distúrbios emocionais, altas habilidades, distúrbios do desenvolvimento, deficiência física e problemas de saúde. (NUNES, 2001).

Sendo importante desenvolver e buscar estudos empíricos e contínuos sobre a história da evolução até a atualidade da Educação Especial, que de certa forma, contribuiu para elaborar um novo paradigma para atender, compreender, informar melhor o modelo educacional brasileiro para defender os direitos à Educação dos indivíduos especiais. Por isso, é importante que todos nós reflitamos sobre o papel da Educação Especial, dentro do sistema Educacional atual, propondo a elaboração de medidas e ações objetivas para solucionar as “deficiências” que a educação reflete perante a nossa sociedade.

Segundo Vidal e Faria Filho (2003), argumenta que entre o ano de 1960 e início de 1970, houve o surgimento de vários programas de pós-graduação e pesquisas relativas à educação no Brasil. E no final dos anos 70, ocorreu a implantação dos primeiros cursos na área de formação de professores em Educação Especial em instituições no Brasil.

Em 17 de setembro de 2008, foi publicado o Decreto nº 6571, pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, que determina o direito de pessoas com necessidades educativas especiais ao atendimento educacional especializado nas escolas de ensino regular como mostra (BRASIL, MEC/SEE, 2008):

Art.1º - A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, este Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super-dotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§1º- Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestados de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos do ensino regular.

§2º - O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art.2º - São objetivos do atendimento educacional especializado:

I – promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no Art. 1º;

II- garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III- fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que e que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem;

Art.3º- O ministério da educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado entre outras que atendam os objetivos previstos neste Decreto:

I-implantação de salas de recursos multifuncionais;

II- formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;

III- formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva.

1.3 A Educação Especial em Mato Grosso do Sul

Os estudos acerca da Educação Especial, elaborado para o atendimento específico das pessoas com deficiências ou necessidades educativas especiais no Estado de Mato

Grosso do Sul, contribuíram para o aperfeiçoamento e expansão da Educação Especial, e apresentaram os direitos que determinam a integração no processo ensino-aprendizagem em classes de ensino regular.

A Educação Especial tornou-se presente no nosso estado desde o início das organizações do sistema educacional, mas foram através do Decreto nº 1.231 de 1981, que aprovou a estrutura básica da secretaria de Educação. Através da criação do Centro Regional de Assistência médico-psicopedagógico e social, o (CRAMPS), vinculado ao serviço de atendimento precoce (SEAPRE) e a criação da SEDEA (Serviço de atendimento aos Distúrbios de aprendizagem). (Camilo, 2001). No mesmo ano, foi criada a Diretoria de Educação especial vinculado ao Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que implantou normas que determinam a atuação da Educação Especial no Estado.

Desde a implantação do Decreto nº 1231, o Estado de Mato Grosso do Sul, contribuiu para novas ideias, propostas, projetos e regulamentou as já existentes referente à inserção de crianças com necessidades educativas especiais, (mental, física, sensorial, aprendizagem e superdotação), nas escolas regulares de ensino público, de acordo com as Diretrizes Nacionais de Integração.

Em 1982, foi fundado o Conselho Estadual de Educação com a finalidade de fixar normas para o funcionamento dos serviços especializados de Educação Especial apresentada pela Deliberação nº 261/82.

Em 1986, foi criado o Centro de Atendimento ao Deficiente de Áudio-comunicação (CEADA).

O Centro Sul-Mato-Grossense de Educação Especial, a CEDESP, foi fundado em 1989, cuja função é oferecer o diagnóstico específico, atendimento Psicopedagógico, ensino e estudo contínuo, pesquisa, educação para o trabalho aos portadores de deficiência, superdotados e problemas de condutas. (Mato Grosso do Sul, Decreto 5.078/89). E com a criação do CEDESP, possibilitou o atendimento de qualidade às crianças com deficiência.

No estado foram criados em 13 municípios e na capital Campo Grande, as Unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico, o UIAPS, no ano de 1991, sendo que a função era prestar apoio educacional as escolas da rede estadual de ensino.

É importante ressaltar o papel do professor em atender estes alunos, por isso, cabe a este profissional buscar capacitação, novas metodologias de ensino, informações sobre os tipos de deficiências que geralmente estão presentes nas salas de aulas e suas

especificações, e que de certa forma interferem no processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades especiais.

Com a criação de instituições, escolas e centros com atendimento especializado às pessoas deficientes especiais dentro do Estado de Mato Grosso do Sul, contribuiu efetivamente para inúmeras discussões e estudos com grande ênfase sobre a abordagem do processo de inclusão dos alunos especiais, juntamente, com o processo ensino-aprendizagem em escolas comuns do Estado.

Hoje, muitos órgãos de educação especial, buscam atender os alunos especiais possibilitando o acesso às salas de aulas com os demais alunos, mas para que isso aconteça é efetivamente que os professores, gestores e toda comunidade escolar valorizem e viabilizem a importância da capacitação profissional e formação teórica sobre os tipos de deficiências ou atendimentos educativos especiais, novas metodologias aplicadas para cada situação de ensino, dos alunos especiais. Assuntos que estão presentes na sociedade constantemente, contribuindo para informações sobre a funcionabilidade da Educação Especial no ambiente escolar.

1.4 Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva é determinante para o processo de inserção dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem matriculados de preferência na rede regular de ensino básico, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior com a inserção de todos que necessitem de atendimento específico. É importante desenvolver programas educacionais adequados e específicos para cada tipo de necessidade do aluno especial, tornando flexível no âmbito curricular, conteúdo planejado, professores preparados e capacitados para atender e ensinar estes alunos.

O objetivo da Inclusão é atender alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular em escolas comuns, nada mais é do que, garantir a todas as crianças o direito ao acesso a Educação. (Mantoan, 2005).

Para a Inclusão ocorrer plenamente nas escolas é importante que a própria escola seja integradora e que desenvolva novos programas que aderem este objetivo e que busquem novos paradigmas educacionais para receber o alunado especial que necessita de metodologias diferenciadas, inovações para desenvolver um processo ensino-aprendizagem

específico aquisição de recursos dinâmicos ao que se refere a materiais pedagógicos elaborados para cada finalidade do ensino ao aluno que precisa de novos e adequados meios de aprendizagem, sempre de acordo com os limites de cada um, oferecer e incentivar os professores a buscarem cursos de capacitação como BRAILLE e LIBRAS, na área da educação especial com o intuito de melhorar a qualidade de ensino oferecido pela escola e de toda a comunidade escolar, como também adequar as práticas pedagógicas de ensino à diversidade dos aprendizes.

Para a Educação Inclusiva efetivar-se plenamente no ensino regular é importante considerar que,

a perspectiva de inclusão exige, por um lado, modificações profundas nos sistemas de ensino, que não podem se ater somente às pretensas dificuldades das crianças com necessidades educacionais especiais, mas que precisam se estender aos processos de exclusão da mais variada gama de crianças; Uma política efetiva de educação inclusiva deve ser gradativa, contínua sistemática e planejada, na perspectiva de oferecer às crianças com necessidades educacionais especiais educação de qualidade. (BUENO, s.d, p. 23, 24)

A Educação Inclusiva esta descrita no documento de Declaração de Salamanca elaborado na Conferência Mundial, que relata sobre a educação especial, realizado em 1994, na Espanha, com o objetivo de apresentar e determinar propostas para o atendimento de crianças deficientes ou com atendimento educacional especializado como mostra a seguir: “pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las em pedagogias centralizadas, capazes de atender a essas necessidades.” (BRASIL, 1994)

O tema “Inclusão” reflete sobre a necessidade de aprofundar os conhecimentos em torno deste tema tão presente nos dias atuais, que é a diversidade dos alunos nas classes regulares em escolas comuns. É cada vez mais evidente e importante a participação de todos os envolvidos que fazem parte do ambiente escolar e que busquem compreender a heterogeneidade dos alunos obtenham informações sobre a Educação Especial, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do ser humano, sobretudo, das diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar. Em outras palavras, inclusão é uma nova forma de olhar o outro, é enxergá-lo independentemente de seus limites no processo de aprendizagem.

Inclusão é mais do que simplesmente a convivência entre todos em um mesmo lugar, mas sim tratar o outro em sua particularidade respeitando plenamente as diferenças e

oferecendo condições para que todos possam participar integralmente da construção de um objetivo de conhecimento, de uma condição social ou de sua própria identidade. Para ocorrer à inclusão numa determinada escola, isso implica muitas vezes, em quebrar preconceitos e romper barreiras físicas e emocionais ou atitudinais que estão integrados como princípios da sociedade em que vivemos.

Portanto a Educação Inclusiva refere-se ao atendimento de alunos com atendimento educacional especializado, como alunos que apresentem altas habilidades, superdotação, precariedade, condutas típicas de síndromes/quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos; portadores de deficiências como físicas, sensoriais ou intelectuais decorrentes seja de fatores genéticos, inatos ou ambientais de caráter temporário ou permanente.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996, a maioria das crianças que necessitam de um atendimento educacional especializado passa a ser atendidas na escola regular com exceção de algumas delas que prosseguirão sua escolaridade em instituição ou classes especiais, quando sua deficiência for muito comprometida dificultando assim a sua inclusão.

CAPÍTULO II

ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo aborda a análise do contexto educacional escolar entre professor - aluno portador de deficiência múltipla e os demais alunos da classe regular do Ensino Fundamental.

Os dados apresentados foram levantados por meio de entrevista e observação na sala de aula com a professora de Língua Portuguesa, formada em Letras. A mesma ressalta que durante a sua graduação, não teve em sua grade curricular a disciplina de Tópicos em Educação Especial. Os conhecimentos adquiridos em Educação Especial no que diz respeito à Deficiência Múltipla, foram através de pesquisa pessoal.

A professora em questão trabalha com um adolescente portador de deficiência múltipla (baixa visão, baixa surdez e deficiência física leve), em uma escola pública da rede estadual de ensino, no 9º do ensino fundamental no município de Bela Vista - MS.

Os dados foram colhidos por meio de um roteiro de entrevista com questões referentes à prática pedagógica que a professora aplica em sala de aula com o aluno que apresenta deficiência múltipla, onde a mesma que tem um roteiro que aborda os tópicos referentes às dificuldades encontra para lecionar a Língua Portuguesa especificamente com este aluno.

O papel do professor diante da deficiência múltipla, bem como o papel da escola diante dos alunos com atendimento educacional especializado, as metodologias de ensino utilizadas pela professora e oferecidas pela escola e as dificuldades e acertos da professora encontrados durante o processo de interação e construção do conhecimento do aluno com Deficiência Múltipla, tem dependido unicamente do esforço da mesma

Através deste estudo de caso, objetivamos possibilitar um conhecimento sobre a funcionabilidade da Educação Inclusiva e relatar a real visão da realidade no contexto escolar encontrado na escola da rede de ensino regular que atende a alunos que necessitem atendimento educacional especializado.

2.1 Aspectos Relevantes na Postura do Professor, Comunidade Escolar, Currículo, Material Didático, Recursos Físicos e Avaliação

É relevante ressaltar que existem leis específicas que estão em vigor para a defesa do atendimento educacional especializado, o livre acesso a todos os recursos, meios, métodos de ensino que de fato precisem ser oferecidos a todos que apresentem deficiências e que as mesmas dificultem o sucesso do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a escola que recebe os alunos com atendimento educacional especializado em classes de aulas regulares deve disponibilizar todos os recursos indispensáveis para o aprendizado. Conforme consta na Declaração de Salamanca (1994, p.25):

A aquisição de conhecimento não é apenas uma simples questão de instrução formal e retórica. O conteúdo do ensino deve atender as necessidades dos indivíduos como objetivos de torná-los aptos a participar plenamente no desenvolvimento. O ensino deve ser relacionado as próprias experiências dos alunos e com seus interesses concretos para que assim se sintam mais motivados

Segundo o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o atendimento educacional especializado no respectivo artigo 2º, que enfatiza sobre o atendimento aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais no que diz respeito aos materiais de ensino necessários para o aprendizado, cuja, a responsabilidade é da escola em dispor “e fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem”. (BRASIL, (MEC/SEE, 2008).

De acordo com Batista, (2005, p.13), o professor na perspectiva da educação inclusiva não é aquele que ministra apenas “um ensino diversificado” para alguns, mas aquele que prepara atividades diferenciadas para seus alunos, trabalhando o mesmo conteúdo curricular.

Um aspecto de grande relevância é a atitude que a professora toma diante de uma sala de aula com alunos heterogêneos que visam um aprendizado de qualidade e que usufruam de conhecimentos para a formação pessoal, social e profissional, portanto, o professor precisa ter um conhecimento dinâmico, pedagógico e educacional para trabalhar com os alunos independentemente das deficiências ou dificuldades que apresentem.

O professor tem um papel importantíssimo para lecionar e atender os alunos de modo geral, mas quando se depara com a presença de um aluno com necessidades

educacionais especiais dentro da sala de aula, surge o receio de não corresponder às expectativas do aprendizado para este aluno, os professores em sua maioria enfrentam dúvidas em relação ao trabalho docente como, por exemplo: qual é o melhor método de ensino? Como mediar o ensino da língua portuguesa? Certamente, estas são algumas dúvidas que interferem numa boa prática pedagógica do professor diante da presença do aluno que necessita de atendimento educacional especializado, contudo, o professor é o responsável pelo processo ensino aprendizagem do aluno dentro da sala de aula.

Atualmente, o papel do professor ao ministrar aulas de Língua Portuguesa a alunos com deficiência múltipla é de suma importância para a inclusão destes dentro de uma classe regular, porque o professor precisa conhecer as necessidades que abrangem a Educação Especial, com o intuito de desenvolver um trabalho de qualidade e específico a estes alunos que exigem de um atendimento educacional especializado.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994):

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos especialmente aqueles portadores de deficiência.

Neste contexto, o professor é uma referência para o aluno e não apenas um mero instrutor, pois enfatizamos a importância do seu papel tanto na construção de conhecimentos, como na formação de atitudes e valores do futuro cidadão. Por isso, Brasil (2008), descreve que o Ministério da Educação (MEC), prestará apoio técnico e financeiro em ações educacionais como no seguinte trecho:

II- formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
III- formação de gestores, educacionais e demais profissionais da escola para a educação inclusiva.

Esperamos que o bom professor seja paciente e determinante, que encoraje seus alunos através do incentivo de aprender, que os estimulem para serem melhores não somente tendo noção da Língua Portuguesa, mas estimular a ser cidadão consciente e atuante do seu papel perante a sociedade.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994):

O professor precisa se adequar buscar outras formas de trabalhar com os alunos com deficiência múltipla, propor um ensino igualitário a todos os alunos, sistemático e contínuo com a finalidade de estimular o aluno com deficiência múltipla, assim como, outras deficiências, bem como a adquirirem seus conhecimentos relevantes para a sua autonomia pessoal.

Para que ocorra o acesso dos alunos com atendimento educacional especializado nas aulas Língua Portuguesa em escolas de ensino regulares é importante que desenvolvam novas políticas públicas de educação, onde possam proporcionar o estudo continuado, a capacitação e qualificação dos professores que estão em sala de aula, que ainda não estão preparados para ensinar o aluno com atendimento educacional especializado. A mesma concepção é defendida pela Mantoan (1997), que é “preciso estimular, formar continuamente e valorizar o professor pela tarefa fundamental da escola - a aprendizagem dos alunos”.

Hoje, com a grande demanda de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos dentro das salas de aulas comuns, é cada vez mais frequente nas escolas de ensino regular. É por isso que o professor tem o compromisso de buscar estudos específicos sobre o tema, preparação e capacitação em educação especial para que possa oferecer um ensino igualitário aos alunos com atendimento educacional especializado.

A Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, nº 9.394, 1996, traz no artigo 59º, sobre a capacitação e formação dos professores:

Art. 59- São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentem necessidades educacionais especiais àqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especiais adequados ao desenvolvimento de competências e valores para:

- I - Perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva;
- II - Flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado as necessidades especiais de aprendizagem;
- III – Avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais;
- IV – Atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial.

Na verdade, é preciso que os futuros professores percebam a necessidade da busca de recursos alternativos e específicos, mesmo fora da graduação, para que consigam

adquirir competência profissional, pois esta é a realidade não somente da professora entrevistada, mas de outros docentes que trabalham em escolas de ensino regular, sendo que é este o papel do professor ajustar-se para atender a especificidades dos alunos com atendimento educacional especializado.

Para Gadotti (1995, p. 27), a escola é para todos, a escola inclusiva tem como princípio fundamental que todas as crianças devam aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. É um espaço de convivência de diferentes e de diferenças, pois a escola tem o papel de buscar o pleno sucesso de desenvolvimento das potencialidades dos alunos centrado nas necessidades de cada um. Vale ressaltar, a importância que a escola deve ter diante da Educação, pois cabe a ela levar em conta às diferenças individuais de aprendizagem do aluno, assim como, fazer adaptações dos métodos de ensino e avaliações as necessidades educacionais especiais das crianças.

Como mostra a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LEI 9.394, 1996 que prevê as adaptações realizadas pela escola para atender os alunos com atendimento educacional especializado, cujo próprio Sistema de Ensino assegurará ao educando:

I – currículos, métodos, necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências, aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio e superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

2.1.1 Papel da Escola

De acordo com Libâneo (2008, p. 37), A escola deve ser Democrática, garantindo a todos a permanência, no mínimo, nos oito anos de escolarização, proporcionando um ensino de qualidade que leve em conta as características específicas dos alunos que atualmente a frequentam.

De acordo com Batista (2005):

O papel da escola é assegurar uma educação de qualidade para todos mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino de qualidade para todos, exige da escola novos posicionamentos que implicam num

esforço de atualizações e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem. Adequando as ações pedagógicas a diversidade dos aprendizes.

Sobretudo, a escola tem a tarefa ou o papel de ensinar seus alunos a compartilhar o saber, sentir diferenças das “coisas”, das emoções, a discutir, a trocar pontos de vista. É na escola que desenvolvemos o espírito crítico a observação e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

Em suma, a escola regular tem um compromisso primordial e insubstituível que é o de introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e todo ser humano, incondicionalmente, tem o direito a essa introdução para a vida em sociedade. E para que isso aconteça, a comunidade escolar tem como responsabilidade ensinar e para isso, a escola deve adaptar-se para atender o aluno com necessidade atendimento educacional especializado, e não o aluno com necessidades educacionais especiais que deve se adaptar a escola.

2.1.2 Material

O objetivo educacional especializado é proporcionar condições e liberdade para o aluno com atendimento educacional especializado, para que possa desenvolver a sua inteligência dentro dos recursos intelectuais que é disponível e oferecido pela escola. Contudo, é de responsabilidade da escola, assim como, do professor elaborar e desenvolver planejamentos de programas educacionais flexíveis que possam abranger todos os tipos de alunado e que possam, ao mesmo tempo, oferecer o mesmo conteúdo curricular sem perda de qualidade do ensino e da aprendizagem.

Sobretudo, a respeito dos materiais didáticos, a professora entrevistada deixa transparecer a falta de livros didáticos adequados para o aluno com deficiência múltipla, como mostra a seguir:

“Não, na escola não tem livros didáticos de Língua Portuguesa ampliados para a deficiência do aluno que precisa de materiais específicos para auxiliar na participação dele”.

Batista (2005), afirma que se deve levar em conta as escolhas do professor para ensinar, pois, estas escolhas demandam de decisões, seleções de um caminho de aprendizagem, bem como de recursos didáticos e pedagógicos.

2.1.3 Currículo

Pode-se perceber que as questões em relação as adaptações curriculares constituem inúmeras possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades do acesso aos materiais adequados para o aprendizado do aluno com necessidades educativas especiais nas escolas. E tem como objetivo subsidiar a ação dos professores que constituem de certa forma, as modificações acerca dos objetivos, conteúdos, critérios, procedimentos de avaliações, atividades e metodologias para atender as diferenças individuais dos alunos.

No entanto, a professora entrevistada revela que ao planejar e elaborar o currículo, não priorizam a presença do aluno com atendimento educacional especializado na escola, pois o currículo é elaborado amplamente todos os alunos, inclusive para todos os alunos com atendimento educacional especializado como pode ser observado no seguinte trecho:

“a escola e o corpo docente elaboram o currículo pedagógico para todos os alunos que frequentam a escola, mas para o aluno com atendimento educacional especializado não.”

Pode se perceber que a escola e o professora elaboram o currículo pedagógico sem a preocupação com os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado. Portanto, sabe-se que na Resolução de nº 2, de 11 de setembro de 2001, art.8º, que “as escolas devem flexibilizar e adaptar os currículos que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados aos alunos que apresentem necessidades especiais”.

2.1.4 Avaliação

Para o sucesso da Inclusão dos alunos com atendimento educacional especializado nas escolas regulares depende das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, a partir de adequações das práticas pedagógicas a diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso quando a escola regular

assume que as dificuldades dos alunos, não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, como a aprendizagem é concebida e avaliada.

E sobre isso a professora revela como é a avaliação do aluno com deficiência múltipla com relação à disciplina de Língua Portuguesa ministrada pela escola no seguinte trecho:

“Com tantas dificuldades que a escola tem e que eu também tenho para trabalhar com ele na disciplina de Língua Portuguesa, ele consegue corresponder as propostas das atividades, provas, trabalhos, etc... ele tem dificuldade como qualquer outro aluno que não tenha deficiência, ele é esforçado”

Conforme Libâneo (2008) “a avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos”. As atividades avaliativas concorrem para o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos, e visam diagnosticar como a escola e os professores estão contribuindo para isso; o objetivo do processo de ensino de educação é que todos os alunos desenvolvam suas capacidades físicas e intelectuais, seu pensamento independente e criativo, tendo em vista tarefas teóricas e práticas, de modo que se preparem positivamente para a vida social.

A avaliação deve ajudar todos os alunos a crescerem: os ativos e os apáticos, os espertos e os lentos, os interessados e os desinteressados. É preciso ter empenho para trabalhar com aluno que necessite de atendimento educacional especializado, trabalho este que possa identificar as potencialidades e habilidades dos alunos.

2.1.5 Estrutura Física

Segundo o Decreto nº 5.296 (2004), estabelece que, a partir da data de sua publicação, as edificações de uso coletivo deveriam prover a acessibilidade. Essa determinação incluía tanto edificações públicas como particulares:

As instituições de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

É imprescindível que a escola de ensino regular ofereça e assegure a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais, mediante a eliminação de

barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação, incluindo instalações, equipamentos e mobiliários que interferem no acesso destes alunos a sala de aula comum.

Diante da fala reveladora da professora entrevistada a respeito das condições arquitetônicas oferecida pela escola para aqueles alunos que precisem da acessibilidade dentro do ambiente da escola com objetivo de facilitar a sua entrada e participação nas aulas, como pode ser observado no seguinte trecho:

“A escola passou por uma reforma da infraestrutura com objetivo de atender os alunos com atendimento educacional especializado, agora na escola já tem rampas, os banheiros e bebedouros estão adaptáveis, as carteiras, a entrada da sala também foi facilitado, a biblioteca esta ao alcance dos alunos cadeirantes... aos poucos esta melhorando.”

Um dos fatores que a escola deve preocupar-se é a preparação em relação a sua acessibilidade física. De acordo com Referências para a construção de Sistemas Educacionais Inclusivos (ARANHA, 2001), a acessibilidade é um dos primeiros requisitos que possibilita a todos aos alunos o acesso à escola, pois:

[...] garante a possibilidade, de todos, de chegar até a escola, circular por suas dependências, utilizar funcionalmente todos os espaços, freqüentar a sala de aula, nela podendo atuar nas diferentes atividades. (ARANHA, 2004, p. 21)

Os ambientes devem ser constituídos por uma estrutura física adequada que garanta o bom desempenho das atividades ligadas à locomoção, independente das restrições ou habilidades que um aluno possa apresentar. Assim, as escolas devem oferecer, a todos, igualdade de condições para acesso, permanência e acessibilidade física adequada, para que obtenha uma circulação com mais segurança, confiança e comodidade.

2.1.6 Sala de Recursos

É um direito de todos os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado que haja uma complementação, ou seja, um atendimento educacional especializado oferecido na própria escola, especificamente na sala de recursos que deve ser oferecido em horários distintos das aulas realizadas na classe regular, com objetivos, metas e procedimentos educacionais específicos. Como a Declaração de Salamanca (1994), afirma, em relação a sala de recursos:

(...) deve ter um professor da educação especial para realizar a complementação e/ ou suplementação curricular para os alunos que necessitem deste atendimento, sendo importante a utilização de equipamentos como computadores, e entre outros tipos e de materiais específicos que estimule o aprendizado e a assimilação dos conteúdos, assim como auxiliar nas dificuldades que o aluno possa encontrar durante as aulas ocorridas dentro da sala de aula comum.

O aluno portador de deficiência múltipla frequenta, também, a sala de recurso, em período oposto das aulas em classe regular. A professora declara a importância do aluno que apresenta deficiência múltipla frequentar à sala de recurso, no seguinte trecho:

“Oferece sim, ele frequenta todos os dias (segunda a sexta-feira) a sala de recurso em horário oposto das aulas regulares no 9º ano”. “Lá ele é auxiliado por uma professora pós-graduada em Educação Especial e é que capacitada em LIBRAS e BRAILLE e informática, entre outros cursos”... “Contribui, sim e muito porque na sala de recurso, ele pratica o que aprendeu em sala de aula, além de exercitar a leitura, a escrita,, faz pesquisas na internet, sendo que os computadores tem um programa específico de informática que são adaptáveis para os alunos com atendimento educacional especializado”.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), as salas de recursos são:

Serviço pedagógico, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos alunos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino. O serviço realiza-se em escolas, em local dotado de equipamentos e recursos pedagógicos adequados as necessidades educacionais especiais dos alunos, podendo estender-se a alunos de escolas próximas, nas quais ainda não exista esse atendimento. Sendo que pode ser realizado individualmente ou em pequenos grupos, para os alunos que apresentem atendimentos educacionais especializados semelhantes, em horário diferente daquele em que frequentam a classe comum.

2.1.7 Metodologia

Para desenvolver expectativas positivas para o processo de ensino e aprendizagem do aluno com necessidades especiais é importante que o professor conheça a melhor metodologia de ensino a ser utilizado nas aulas de Língua Portuguesa e com isso, o professor conheça as inúmeras formas de eliminar as dificuldades e as barreiras que impedem no aluno com atendimento educacional especializado, o crescimento e o

desenvolvimento do conhecimento por meio de um trabalho metodológico, pois, o professor passa a valorizar a capacidade de cada aluno.

Sobre sua metodologia a professora entrevistada relata:

“Eu utilizo metodologias tecnológicas que a escola oferece como: data show, que me auxiliam na transmissão dos conteúdos durante as aulas e para a apresentação dos trabalhos escolares dos alunos, e o aluno que apresenta deficiência múltipla sente-se a vontade de participar das aulas e apresentar os trabalhos”.

Segundo a Declaração de Salamanca (1994), tanto a escola quanto o professor devem considerar e aderir ao novo sistema de ensino que:

Valoriza a utilização de metodológicas, dinâmicas e viáveis as necessidades do aluno especial e que desenvolvam materiais de acordo com as necessidades individuais. Sendo que cabe ao professor ter a criatividade para ministrar as aulas, pois através da escolha de recursos metodológicos apropriados para cada caso, colaboram plenamente para facilitação e auxílio no processo de aquisição do aprendizado do aluno portador de deficiência múltipla.

Mas o que diferencia sobre a metodologia utilizada pela professora é o tipo de método que ela encontrou para auxiliar o aluno com deficiência múltipla durante as aulas de Língua Portuguesa, pois todo o processo realizado pela professora tem um grande valor de dedicação e igualdade para o acesso a Educação de qualidade e oferecida a todos os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado ou aqueles que não necessitam.

Mantoan (1988) revela que “todos os alunos são capazes de aprender segundo as suas capacidades”, pois, o professor deve ter uma visão reflexiva, social e profissional de que o aluno é muito mais do que suas dificuldades e que existem variadas formas de desenvolver um trabalho docente que atinja a todos e que os levem a obter sucesso na aprendizagem e que as dificuldades existem, mas devem ser superados pelo aluno, pelo professor e pela comunidade escolar independente de suas limitações.

2.1.8 Processo de Interação

É importante que todos que participam da comunidade escolar, como os professores, alunos, direção, funcionários incentivem e estimulem o respeito mútuo na

escola, com o objetivo de promover e proporcionar a interação social, cultural e educacional entre os alunos. De acordo com Mantoan (1988), a diversidade no meio social e especialmente, no ambiente escolar, é fator determinante para o enriquecimento das trocas, dos intercâmbios intelectuais, sociais e culturais que possam ocorrer entre os sujeitos que neles interagem.

Durante a observação realizada na escola, especificamente, no 9º ano, a turma demonstrou uma relação de interação e companheirismo entre o aluno com deficiência múltipla e os demais colegas da sala de aula, como a própria professora entrevistada descreve a interação entre eles:

“Os alunos ajudam, auxiliam ele durante as atividades feitas em sala de aula, assim como em outra atividade e exercícios realizados na escola. Ele participa dos eventos, das festas que acontecem na escola... o aluno conversa com os colegas de forma espontânea, e isso faz bem pra ele. Ele gosta de participar de todos os acontecimentos da escola junto com seus amigos da classe”.

Todavia, Libâneo (2008, p. 249), argumenta sobre a importância do processo de interação entre os alunos e os professores como fator essencial para o aprendizado:

A interação professor-aluno é um aspecto fundamental da organização da situação didática, tendo em vista alcançar os objetivos do processo de ensino: a transmissão e assimilação dos conhecimentos, hábitos e habilidades.

Segunda Edler (1997), os serviços especializados pela escola devem servir como forma de auxiliar os professores e os alunos com necessidades educacionais especiais para o ensino como no presente no artigo 9º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394, 1996, aponta a seguinte responsabilidade:

Os serviços especializados de apoio no campo pedagógico especialmente podem ser oferecidos: na escola do ensino regular, prestados diretamente ao aluno e ao regente de sua classe, por meio de professores itinerantes, nas salas de recursos e em núcleos de enriquecimento e nas organizações especializadas, articuladas com a rede de ensino regular.

2.2 Dificuldades e Acertos do Professor de Língua Portuguesa, encontrados ao longo do processo de interação e construção do conhecimento do Aluno Portador de Deficiência Múltipla.

Este tópico revela as dificuldades que a professora de Língua Portuguesa encontra em lecionar sua disciplina para o aluno que apresenta deficiência múltipla. Ela relata que as dificuldades são inúmeras tanto para com o aluno com deficiência múltipla ou outros que apresentem outras deficiências especiais. O que percebemos é a evidencia que ocorre nos professores que trabalham com alunos com atendimento educacional especializado, tais como dúvidas, receios de ministrar as aulas, como trabalhar sem interferir na capacidade do aluno? Qual é a melhor forma de ensinar a língua portuguesa para que contribua com o processo de ensino aprendizagem deste aluno com deficiência múltipla?

Segundo a professora entrevistada uma das maiores dificuldades encontradas pode ser assim resumida:

“É encontrar os materiais didáticos apropriado para ele, na escola não tem. Todo dia eu elaboro os conteúdos das aulas separadamente. O ideal seria na escola existisse cada material para todas as necessidades ou dificuldade dos alunos com atendimento educacional especializado”.

Perante a fala da professora entrevistada que responde quais as reais dificuldades presentes nas aulas, o livro didático é um recurso que deve ser privilegiado e garantido a todos os alunos, o direito ao livro didático, inclusive para aqueles que apresentam deficiência múltipla ou outras necessidades educacionais especiais que frequentam as salas de aula sem o material necessário e adequado a sua deficiência, a realidade é que as escolas ainda não oferecem materiais didáticos e pedagógicos específicos suficientes ou não tem mesmo para cada tipo de deficiência, sendo que em uma escola pública, o livro didático é essencial, pois proporciona um ensino igualitário a todos os alunos que estão dentro da sala de aula, como forma de contribuir plenamente para o desenvolvimento do aprendizado e da aquisição do conhecimento dos alunos.

Sobretudo, é importante ressaltar que o professor ao elaborar suas aulas, busque informações acerca das necessidades educacionais especiais, aqui no caso, a deficiência múltipla, assim como buscar novas metodologias de ensino, pois o aluno aqui estudado apresenta deficiências que dificultam a qualidade do aprendizado como a baixa visão, sendo que todo o material utilizado pela professora não é oferecido pela escola de forma padrão, que correspondam às necessidades dele, porém é a mesma professora que amplia a material didático; a baixa surdez: o aluno usa aparelho auditivo e em relação à deficiência

física leve, que não interfere na locomoção do aluno no ambiente físico da escola, o aluno apresenta o seu limite e o seu tempo para se locomover dentro da escola.

O que percebemos diante do exposto é que a insatisfação da professora com o despreparo por parte da escola é grande, pois a mesma não providencia os materiais de ensino adequados para os que exigem atendimento educacional especializado, pois é por meio destes materiais, os livros didáticos, e de outros materiais que os professores sentem-se mais seguros para trabalhar e com isso, possam estimular o interesse nos alunos em aprender vencendo as barreiras diárias que interferem no aprendizado.

A professora entrevistada deixa transparecer em sua entrevista, que durante a graduação não estudou e não obteve conhecimentos relacionados à Educação Especial ou Tópicos em Educação Especial e que durante o estágio supervisionado não encontrou alunos portadores de necessidades educacionais especiais nas salas de aulas, revelado em sua fala:

“Eu me formei em Letras, em 2004 e não estudei nenhuma disciplina referente à educação especial como Tópicos da Educação Especial, de modo que o que sei sobre o assunto é por meio de pesquisa pessoal e por palestras, encontros realizados aqui pela direção da escola. É a primeira vez que trabalho com aluno com deficiência múltipla”.

A professora entrevistada descreve o despreparo em trabalhar com o aluno com deficiência múltipla na seguinte fala:

“Eu nunca participei de cursos específicos para trabalhar com o aluno com deficiência múltipla, a coordenação da escola me orienta para trabalhar com ele”.

Um aspecto de relevância de sua resposta quanto à preparação que a mesma tem para trabalhar com o aluno que apresenta deficiência múltipla e que pode exigir um preparo específico em qualquer momento ao longo da profissão docente, é declarada no seguinte trecho abaixo:

“Eu não me sinto preparada totalmente para trabalhar com o aluno que necessita de atendimento educacional especializado, mas eu me esforço para ensinar a Língua Portuguesa, da mesma forma que ensino os outros alunos. Eu sei que tenho que conhecer mais sobre a educação especial e sobre a melhor forma de mediar o ensino da disciplina para os alunos que precisem de atendimento específico”.

A visão que a professora entrevistada tem sobre sua preparação docente em lecionar para este aluno com deficiência múltipla é insatisfatória, porém, é uma realidade presente em vários professores que estão em sala de aula sem preparo e incapacitados para trabalhar com os alunos portadores de necessidades educacionais especiais. É importante que estes professores priorizem e incentivem seus colegas docentes, a estudos que contribuam na preparação de lidar e compreender as individualidades de todos os alunos, em especial dos alunos com necessidades especiais.

Primordialmente, Libâneo (2008, p.48), argumenta que os professores precisam ter uma sólida preparação profissional de acordo com as exigências do trabalho docente.

E com a presença do aluno com deficiência múltipla na sala de aula, muitos professores são levados a rever e refletir sobre a sua prática de ensino. No entanto, cabe ao professor buscar formas de ensinar que contribuam para a aquisição do conhecimento do aluno com deficiência múltipla, assim como também, para outros alunos com atendimento educacional especializado.

2.3 O Papel da Escola diante da Inclusão e Integração: o ideal e o real

A escola é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai proporcionar condições para os alunos se desenvolverem e se tornarem cidadãos, alguém com identidade social e cultural. Ainda, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial, Lei nº 9.394, 1996, Título III, “O direito a Educação e do Dever do Educar”. Art.4º - O dever do Estado com a Educação Escolar Pública será efetivado mediante a garantia de: III – oferecer um atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.

A realidade presente nas escolas de ensino regular referente ao ensino que é oferecido para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de aulas regulares, não é o ideal, e nem proporcional, no que diz respeito à educação inclusiva. Ainda tem muito que ser feito para alcançar uma educação de qualidade, é evidente que é preciso vencer os desafios impostos pelo Sistema Educacional pelo fato que muitas escolas da rede de ensino regular não estão preparadas plenamente para receber

esses alunos, isto fica claro quando a professora entrevistada argumenta sobre o assunto na seguinte frase:

“Ainda não, falta melhorar muito o ensino que é dado pela escola que recebe aluno com atendimento educacional especializado. Aqui na escola, aos poucos está alcançando os ideais de uma boa educação oferecia a eles. Ate porque, agora que a escola está começando a se adaptar e a receber os alunos especiais... O que falta é investir na escola e nos professores que trabalham com estes alunos mesmo...”.

Na resolução nº 2, de 11 de dezembro de 2001, no artigo 8º, determina que as escolas da rede regular de ensino devem em suas classes comuns prever e prover professores capacitados para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, através de metodologias de ensino e de recursos didáticos diferenciados e específicos e processos de avaliação adequados para o desenvolvimento destes alunos.

Outro aspecto relevante é a existência de comunicação entre o professor e a escola que aborde a prática pedagógica para trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais que estão frequentando a sala de aula, percebemos que as escolas não priorizam e não enfatizam o assunto da educação especial dentro do ambiente escolar, sendo que a comunicação é importante como forma de esclarecer quaisquer dúvidas que interfiram na prática do processo de ensino aprendizagem dos alunos com atendimento educacional especializado, necessidades estas, observada pela professora entrevistada como vemos a seguir:

“Sim, mas não é suficiente, é superficial, as dúvidas existem e por isso, a comunicação precisa ser constante através de palestras, cursos, debates, reuniões para troca de experiências entre os professores com propósito de melhorar a prática pedagógica exercida em sala de aula e para todos os membros da escola”.

Contudo, oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos, respeitando as diferenças, deve ser um ponto de partida para melhorar o acesso dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, buscar meios que de certa forma, resgatem o interesse de toda a comunidade escolar em valorizar e conhecer a Educação Especial como fator relevante para o crescimento da Educação ideal que respeite as pontencialidades dos alunos com necessidades especiais como brasileiros que tem o direito de frequentar uma escola como qualquer outra criança.

Diante disso, a professora entrevistada relatou que quando soube que iria trabalhar as aulas de Língua Portuguesa para um aluno que apresenta Deficiência Múltipla deparou-se com a falta de qualificação e de apoio da escola com relação ao atendimento educacional especializado as necessidades do aluno. Sendo que o atendimento prestado ao aluno é de extrema importância para a participação do mesmo durante as aulas em uma sala de aula de ensino regular. Fato este que pode ser observado na seguinte fala:

“Sim, o professor sozinho não consegue trabalhar com os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado é preciso ter a orientação de profissionais especializados e também, tem que ter o apoio da escola e da família do aluno, sem o apoio tudo fica mais difícil. Complicado”.

Entretanto, o que acontece diante do que foi exposto pela professora entrevistada é a grande preocupação em trabalhar sem um suporte para o desenvolvimento da prática de ensino adequado aos alunos que necessitem de um atendimento educacional especializado, sendo que este suporte aos professores deve ser oferecido pela escola Coll, Palácios e Marchesi (1995, p. 11), fazem referência a este assunto no seguinte trecho:

Em linhas gerais, isso quer dizer que os mesmos, o aluno, apresenta algum problema de aprendizagem ao longo de sua escolarização, que exige uma atenção mais específica e maiores recursos educacionais do que os necessários para os colegas de sua idade.

A professora reconhece que as escolas têm muito ainda o que fazer para alcançar um ensino propício para os alunos com necessidades educacionais especiais que freqüentam regularmente a sala de aula comum. É evidente que as escolas realizem modificações, adaptações em todo o contexto escolar, devem reconhecer e responder as diversas dificuldades de seus alunos, acomodando-os em diferentes ritmos de aprendizagem.

CAPÍTULO III

SOB UMA VISÃO CRÍTICA

Este capítulo aborda o contexto escolar e educacional que envolve o aluno com atendimento educacional especializado, com 16, anos de idade e que está matriculado regularmente no 9º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública de ensino regular no município de Bela Vista - MS.

O foco é apresentar a prática pedagógica sob a visão do aluno com atendimento educacional especializado e que apresenta deficiência múltipla relacionada à disciplina de Língua Portuguesa ministrada pela professora, não capacitada, dita pela mesma, para trabalhar com alunos que necessitem de atendimento educacional especializado.

Mostrar que não só os professores estão despreparados para trabalhar com estes alunos, mas também mostrar, que os próprios alunos encontram dificuldades, barreiras que interferem no seu acesso e da plena participação destes alunos em escolas de ensino regular, sobretudo, da aquisição do aprendizado mediado por professores que desconhecem a Educação Inclusiva.

A cada dia este aluno vem enfrentando e tentando superar e vencer os obstáculos que encontra ao longo da vida escolar, social e familiar, entendendo que todos são capazes de aprender conforme suas pontecialidades.

Portanto, o presente capítulo tem como objetivo descrever as experiências no que diz respeito ao contexto escolar, educacional e pedagógico, bem como, os desafios que este aluno encontra ao frequentar uma sala de aula de ensino regular, com outros alunos que não apresentam necessidades educacionais especiais, assim como, a prática de ensino que a professora de Língua Portuguesa disponibiliza a este aluno, com o intuito de estabelecer e oferecer um ensino de qualidade a ele.

3.1 Deficiência Múltipla.

O aluno com deficiência múltipla tem como característica a associação de duas ou mais deficiências primárias (mental-visual-física-auditiva) que interferem e com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

As crianças com deficiência múltipla são aquelas, cujas principais necessidades educacionais são estabelecidas na área do desenvolvimento de habilidades básicas, mas também, nas áreas sociais, de auto-ajuda e da comunicação.

Sobretudo, os alunos com deficiência múltipla são aqueles afetados em duas ou mais áreas tendo como característica as dificuldades para a assimilação do conteúdo, comunicação, interação social e o convívio com os demais alunos da classe de ensino regular.

De acordo com a Secretaria da Educação Especial- SEESP (2008), a Deficiência Múltipla pode ser definida da seguinte forma:

Surdo- Cegueira:

É quando existe a presença da perda da audição e visão de modo que a combinação dos dois tipos de deficiência impossibilita o uso dos sentidos de distância, criando necessidades de comunicação e têm como dificuldade as conquistas de metas educacionais, vocacionais, recreativas, sociais, fatores estes que são importantes para o sucesso individual do aluno com deficiência múltipla, assim como para qualquer outro aluno, sejam com necessidades especiais ou não.

Possibilidades das ocorrências de casos de Surdo-Cegueira:

- Cegueira congênita e surdez adquirida;
- Surdez congênita e cegueira adquirida;
- Cegueira e surdez adquirida;
- Baixa visão com surdez congênita ou adquirida;
- Múltipla deficiência sensorial

Caracteriza pela deficiência auditiva ou visual associada a outras deficiências (mental e/ou física), mas pode se apresentar como distúrbios (neurológicos, emocional, linguagem e desenvolvimento global) sendo que também prejudica no atraso do desenvolvimento educacional, vocacional, social e emocional, dificultando no processo de autonomia e aquisição do conhecimento.

Possibilidade das ocorrências de casos de Múltipla Deficiência Sensorial:

- Surdez com deficiência mental leve e severa;
- Surdez com distúrbios neurológicos, de conduta e emocionais;
- Surdez com deficiência física (leve ou severa);
- Baixa visão com deficiência mental leve ou severa
- Baixa visão com distúrbios neurológicos, emocionais e de linguagem e de conduta;
- Baixa visão com deficiência física (leve ou severa);
- Cegueira com deficiência física (leve ou severa);
- Cegueira com deficiência mental (leve ou severa);
- Cegueira com distúrbios emocionais, neurológicos, conduta e linguagem.

3.2 A Visão do Aluno que apresenta Deficiência Múltipla diante do ensino de Língua Portuguesa oferecido pela Escola Regular.

Por meio desta pesquisa pretendeu-se realizar uma investigação através dos conceitos registrados nas falas do aluno portador de deficiência múltipla, a fim de perceber como esse aluno é percebido pela escola e por toda a comunidade escolar e quais atitudes cotidianas são tomadas para a inclusão deste aluno em classe regular de ensino.

Durante este período em que houve o contato com este aluno, incluído em uma sala de aula que transmite um ensino regular para aqueles que ali frequentam regularmente esta instituição de ensino, o que se observou é que a escola, assim como, os professores não sabem como trabalhar com os alunos que necessitem de atendimento educacional especial. É uma triste realidade que precisa ser melhorada, modificada e revista para que ocorra a inclusão dos alunos em uma escola de ensino regular, cuja alegação para esta realidade foi relatada pela professora que é o desconhecimento sobre a Educação Inclusiva e sobre a prática pedagógica adequada para trabalhar com os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado.

É evidente que quando uma escola de ensino regular recebe um aluno com necessidades em suas dependências, a mesma deve se adequar e providenciar meios e métodos de ensino que possam suprir as dificuldades dos alunos que precisem de apoio e

atendimento específico que atenda a sua deficiência ou as suas dificuldades de aprendizagem. E o mais importante é que a escola ofereça aos professores curso de capacitação que venham contribuir em suas práticas pedagógicas, pois, os professores têm o papel de mediar os conhecimentos dos aprendizes.

De acordo com Libâneo (2008, p.35), argumenta sobre o ensino ministrado pelos educadores em que “o ensino é bem sucedido quando os objetivos dos professores coincidem com os objetivos de estudo do aluno e é praticado tendo em vista o desenvolvimento das suas forças intelectuais”.

Diante do que foi exposto, vale ressaltar que o papel do professor frente a Educação Especial é importante para que ocorra a inclusão dos alunos com atendimento educacional especializado em um ensino de qualidade, aspectos essenciais para o aprendizado dos educandos.

No entanto, o aluno entrevistado revela que tanto a escola como os professores que ministram as aulas para ele, não estão preparados profissionalmente para trabalhar, como pode ser observado no seguinte trecho:

“A escola tem que ajudar ou preparar os professores de todas as disciplinas a dar aulas aos alunos com deficiências”

Ao refletir sobre a fala transcrita pelo aluno em questão referente à atuação da escola, cuja, responsabilidade é fornecer todos os subsídios necessários a sua educação, inclusive oferecer professores qualificados e capacitados para lecionar a disciplina a estes alunos. Mas a realidade nos mostra que ainda há muito a ser feito para que a escola de ensino regular atinja o ideal no que se refere a uma escola inclusiva, ou seja, que esteja apta a receber, atender e ensinar o aluno com atendimento educacional especializado.

Bueno (1999, p.15), revela que “os professores do ensino regular não possuem preparação mínima para trabalhar com alunos que apresentam deficiências evidentes”, todavia, a Secretaria de Educação Especial (SEESP) 1995, apresenta métodos para que os professores e toda comunidade escolar possam desenvolver um trabalho qualitativo e reflexivo no que diz respeito ao processo ensino aprendizagem dos alunos, especialmente, dos alunos que necessitem de atendimento educacional especializado.

Estes métodos são:

- Discuta as dúvidas com a coordenação e com os colegas docentes quando receber um aluno que necessite de atendimento educacional especializado;
- Não reduza o aluno a sua deficiência ou a sua dificuldade. Apesar de ter características peculiares, ele tem personalidade e carrega uma história e muitas experiências que o tornam único;
- Converse constantemente com outros especialistas que tratam do aluno, pois eles podem ajudar a pensar em estratégias de como trabalhar e atender o aluno que precise de atendimento educacional especializado;
- Se posicione. E lembre-se de que, saber como ensinar o aluno é a missão do professor, ele é o mediador dos conhecimentos, portanto, como educador deve saber ministrar as aulas para o aluno que apresente deficiência ou não.
- Trabalhe a diversidade. Uma característica de todos, e não só do aluno com deficiência ao planejar as atividades;
- Estimule comportamentos solidários entre os alunos. Eles podem, por exemplo, dar ideias de como o colega que usa cadeira de rodas pode ficar bem acomodado na sala de aula, por exemplo.

Entretanto, para que se efetive o processo de ensino aprendizagem no aluno com necessidade de atendimento educacional especializado, o professor deverá se capacitar para atender a proposta da Educação Inclusiva, o professor precisa conciliar as teorias sobre o assunto que aborda a deficiência de alunos com sua prática e a realidade de sala de aula. Pois, só assim, a inclusão do aluno com atendimento educacional especializado será bem sucedida e gerará bons resultados no futuro. O professor, no contexto da Educação Inclusiva precisa, ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todos os alunos, como mostram Prado (2001, p.5), que “cabe ao professor, a partir de observações criteriosas, ajustarem suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural”.

Em relação ao questionamento feito pelo aluno que necessita de atendimento educacional especializado sobre a existência de capacitação ou preparação por parte dos professores que trabalham com ele, de acordo com sua deficiência, o mesmo revela que:

“Eu acho que não, porque tem alguns professores que me dão aulas e não sabem como fazer para passar os conteúdos pra mim, muitos professores me perguntam: como é que os outros professores davam as aulas para você nas séries passadas, 7ºano, 6ºano... e como os professores passavam os conteúdos de língua Portuguesa dos livros didáticos, as provas como era feito...com era leitura, interpretação de textos”.

É sabido que não são poucos os educandos que tem suas necessidades educacionais interpretadas como “especiais”, por parte de professores mal preparados. Nogueira, (2000, p.36), afirma que:

Este fato deve-se a que os currículos de formação de professores, em sua grande maioria, possuem reduzida carga horária com necessidades educacionais especiais tornando-se desta forma difícil, senão impossível, os professores consigam identificar e trabalhar eficientemente com estes alunos em sala de aulas.

Segundo Pozo (2002, p. 269-271), há dez pontos que o professor pode estar aplicando em sua metodologia que podem ajudar o professor no ensino-aprendizagem do aluno:

- O primeiro ponto pertinente é valorizar os interesses e motivos do aluno com a intenção de mudá-los, reconhecer o ponto de partida do aluno e promover o interesse pelo que aprendem pelo incentivo, adequar os conteúdos aos conhecimentos e capacidades prévias dos alunos e também lhes proporcionar informações precisas e úteis dos erros que cometem em sua aprendizagem (não raro os alunos erram, mas não sabem por que), fazendo-os sentir eficazes e competentes, organizando as atividades de forma cooperativa e orientar mais para compreenderem o que fazem do que para êxito.
- O segundo ponto é detectar os conhecimentos prévios dos alunos, conectando-os para que o adquirido tenha sentido, fazer com que reflitam e discutam sobre eles em contextos de aprendizagem cooperativa. Estabelecer uma sequencia de progressão avaliativa ao que foi aprendido, reestruturando-se a novos conhecimentos.
- O terceiro ponto refere-se a quantidade de informação nova apresentada em cada tarefa, selecionar e sequenciar a apresentação de conteúdos novos no intuito de atrair a atenção dos alunos para a nova informação. Também destacar o novo e consolidar já o conhecido e manter a atenção dos alunos e ajudá-los de modo eficaz, evitando que suas mentes deixem de funcionar.
- O quarto é a avaliação dos materiais de aprendizagem e seleção a informação de forma que seja necessária para o futuro tendo-a como um recurso e não como um fim de si mesmo como aprendizagem. Uma vez que levar em conta que aqueles conhecimentos automatizados podem ser pouco funcionais, não são recuperados e por conta disso serão esquecidos.

- O quinto ponto é a diversificação das tarefas de modo que o conteúdo seja adquirido através de diversos caminhos, pois ajudará na conexão com outras aprendizagens, recuperação e a transferência para os novos contextos e situações, promovendo assim a atenção e motivação dos alunos.
- O sexto ponto é planejar as situações de aprendizagem para que os aprendizes possam recuperar o que foi aprendido, de forma que pensar nas situações futuras que os educando utilizarão esse resultado nos contextos instrucionais ou cotidianos os quais se justificam sua aprendizagem. Visto que planejar a instrução, busca ligá-las com esses contextos multiplicando-os e diversificando-os para multiplicar suas vias de recuperação e instruir os alunos em estratégias eficazes para recuperar o que fora aprendido.
- Sétimo ponto é a organização e ligação das aprendizagens umas com as outras, de forma que o aprendiz perceba suas relações, incentivar a reflexão e tomada de consciência das relações por parte do aprendiz, pois da aprendizagem depende a capacidade de relacionar os conhecimentos entre si e prover estratégias de organização de seus conhecimentos.
- Oitavo ponto é a reflexão sobre o conhecimento de o instrutor propor tarefas de modo que seja induzido a buscar suas próprias respostas em vez de receber todo o conhecimento elaborado, proporcionando ao aluno modelos, teorias, que as comparando poderão assim fazer diferenciações entre alternativas teóricas, para resolver o conflito.
- Nono ponto é colocar problemas de aprendizagem ou tarefas abertas e promover a cooperação dos aprendizes para sua resolução, abrir para o planejamento de tarefas, em vez de exercício repetitivo e denso como a forma tradicional encontrada em muitas escolas regulares. Já que com isso aos poucos surge o controle das tarefas, e motivação pela própria aprendizagem.
- Por último instruir o aluno no planejamento e organização de sua própria aprendizagem utilizando as estratégias adequadas na utilização de problematizações em que os alunos devem tomar decisões, fixar metas e avaliar resultados, variando e diversificando as atividades.

Diante disso, ao coletar dados do aluno e do professor de Língua Portuguesa da Instituição pesquisada percebeu-se que existe um difícil acesso por parte do professor em relação à busca de conhecimentos e tais informações relevantes para a escolha de uma metodologia adequada para o aluno que apresenta deficiência múltipla, por isso, as dificuldades são muitas em sala de aula, todavia percebeu-se que há uma lacuna no trabalho do professor diante da diversidade em sala de aula. Portanto, é importante que o professor busque conhecimentos acerca da prática pedagógica adequada a ser trabalhada dentro da sala de aula e também, o professor precisa conhecer o contexto que envolve o aluno, pois cabe a ele averiguar as reais necessidades e as facilidades que o aluno apresenta.

3.3A Visão da Professora de Língua Portuguesa

Com a presença dos alunos com Atendimento Educacional Especializado, nas escolas de ensino regular, especialmente, nas salas de aulas com os demais alunos criou-se

inúmeras dúvidas insegurança por parte dos professores sobre a melhor forma de trabalhar com o aluno que necessite de atendimento educacional especializado.

E os professores têm a responsabilidade de estarem preparados para receber os alunos, mas muitos ainda não sabem atender e trabalhar a disciplina com os alunos que exigem um atendimento educacional especializado. Por isso, para aqueles professores que não estão preparados pedagogicamente, deve buscar apoio, conhecimento e auxílio adequado e especializado para obter o sucesso do ensino aprendizagem destes alunos.

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994), “o desafio que enfrentam as escolas regulares é o de desenvolver uma pedagogia centrada nos alunos com atendimento educacional especializado que seja capaz de educar com sucesso de todos os alunos, incluindo os que sofrem de deficiências graves”. Sabemos que, a maioria dos professores não estão prontos para receber um aluno que necessite de um atendimento educacional especializado dentro da sala de aula.

Por isso, é de suma importância que toda comunidade escolar, assim como, os professores recebam toda orientação e apoio profissional necessário para a efetivação do processo ensino aprendizagem dentro do ambiente escolar. Para que se possa trabalhar com atendimento educacional especializado, dentro da proposta educacional e pedagógica.

Mantoan (1988, p. 14), dispõe da seguinte argumentação:

O professor precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais, médicos, psicólogos e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada.

Sendo assim, para a efetivação do atendimento educacional especializado é fundamental que a escola de ensino regular ofereça aos professores todos os subsídios necessários referente à prática pedagógica específica metodologia diversificado e adequado para superação da necessidade de cada aluno e os recursos materiais didáticos e pedagógicos que contribua para participação durante as aulas (SALAMANCA, 1994), além do que, a escola deve oferecer aos professores suporte especializado, com o objetivo de favorecer e ajudar os professores a realizarem a prática de ensino adequadamente, assim como, o processo de ensino aprendizagem aos alunos com atendimento educacional especializado.

Para que ocorra o processo ensino-aprendizagem dos alunos é fundamental também, a participação da família dentro do contexto escolar em que o aluno está incluído, pois,

através da família que o professor pode conhecer a deficiência do aluno, as suas potencialidades, as suas dificuldades e facilidades como ser humano. (BATISTA, 2005). E com todos (escola, professor e a família) acerca do aluno que necessita de atendimento educacional especializado será possível atender e trabalhar para a aquisição do aprendizado e eventualmente, no desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Dessa forma a Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, relata no art. 6º que:

Para a identificação do atendimento educacional especializado dos alunos e a tomada de decisões quanto ao atendimento necessário, a escola deve realizar, com assessoramento técnico, avaliação aluno no processo de ensino e aprendizagem, contando, para tal, com:

- I- A experiência de seu corpo docente, seus diretores e coordenadores, orientadores e supervisores educacionais;
- II- O setor responsável pela educação especial do respectivo sistema;
- III- A colaboração da família e a cooperação dos serviços de saúde. Assistência social, trabalho, justiça e esporte bem como do Ministério Público, quando necessário.

É por meio do assessoramento oferecido pela escola aos professores que se constrói um ensino de qualidade, (MANTOAN, 2005), um ensino que respeite o ritmo de desenvolvimento de aprendizagem do aluno. No entanto, como pode ser observada na fala da professora entrevistada, a escola tem a função social de disponibilizar assessoramento e orientações aos professores que atendem os alunos que exigem atendimento educacional especializado, não apenas ao professor cabe esta função.

Na realidade, é um trabalho conjunto entre os professores e os diretores, coordenadores, especialistas e das famílias. Como mostra a Declaração de Salamanca (1994), “o corpo docente, ou seja, cada professor deverá partilhar a responsabilidade do ensino ministrado ao aluno com necessidade de atendimento educacional especializado”, portanto, a responsabilidade cabe a todos os membros da escola:

Os administradores locais e os diretores de estabelecimento escolares devem ser convidados a criar procedimentos mais flexíveis de gestão, a remanejar os recursos pedagógicos, diversificar as opções educativas, estabelecer relações com os pais e a comunidade. (SALAMANCA, 1994).

No entanto, para que a escola desenvolva uma educação de qualidade para os alunos com atendimento educacional especializado é importante que o professor realize ações que enfatizam a proposta do ensino adequado a estes alunos. Para tanto, a Secretaria de

Educação Especial, (SEESP, 2008) apresenta os pontos que visa auxiliar o cotidiano escolar do professor como:

- Formação do professor continuamente;
- O professor deve estar sempre trabalhando com os outros professores e trocando experiências;
- Planejar as atividades de acordo com as necessidades e o interesse do aluno;
- Organizar as aulas levando em consideração a disponibilidade de um momento específico para atender as necessidades do aluno com atendimento educacional especializado.

Pode-se perceber que a questão de colaboração no que diz respeito, ao processo ensino-aprendizagem do aluno com atendimento educacional especializado é oferecido pela escola aos professores, sendo de responsabilidade social e educacional da escola, do professor e da família, pois todos podem e devem contribuir para o crescimento intelectual do aluno que necessita de atendimento especializado.

Para Mantoan (1997), a escola deve abordar os princípios pedagógicos e educacionais para que os professores possam ser estimulados a continuar se especializando, constantemente, a sua prática docente. Princípios estes descritos a seguir:

- Reconhecer e valorizar a diversidade, como elemento enriquecedor do processo de ensino aprendizagem;
- Professores devem ser conscientes do modo como atuam, para promover a aprendizagem de todos os alunos;
- Cooperação entre os implicados no processo educativo- dentro e fora da escola;
- Valorização do processo sobre o produto da aprendizagem;
- Enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilita a construção coletiva do conhecimento.

Portanto, o professor e a escola que constrói barreiras entre eles e o aluno que necessite de atendimento educacional especializado tende a dificultar o processo ensino-aprendizagem, pelo fato de não estarem preparados e capacitados em atender as necessidades dos alunos e conseqüentemente, não sendo capazes de superá-los de forma eficaz. Sabemos que as dificuldades durante a prática docente existem e são inúmeras, mas que elas não sejam tão fortes a ponto de impedir que o processo de aprendizagem no aluno com atendimento educacional especializado seja realizado. Como já foi visto que o papel do professor é primordial para o aprendizado, ele deve assumir uma nova postura e estar ciente de que tanto o aluno é capaz de desempenhar muito bem os papéis que lhe são

impostos pela educação, pois são alunos como qualquer outro aluno que não necessitem de atendimento educacional especializado e o papel da escola é importantíssimo: a aquisição e desenvolvimento do aprendizado é ela que disponibiliza os recursos necessários para o professor realizar o seu trabalho interativo e inclusivo a todos os alunos que precisem de qualquer tipo de atendimento especializado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou conhecer e entender a postura e a prática pedagógica utilizada em sala de aula por uma profissional docente da área Língua Portuguesa do Ensino Fundamental da rede pública de ensino da cidade de Bela Vista - MS, no qual a mesma revela estar desprovida de conhecimentos para melhor atender o aluno que para participar das aulas da disciplina, é necessário que a professora desenvolva meios que facilitem ou auxiliem no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem do aluno.

Apresentou também, as dificuldades presentes em muitas escolas regulares que enfrentam ao receberem os alunos com atendimento educacional especializado em suas dependências, por isso cabem mostrar, aos professores fazerem a diferença diante do ensino, pois somos educadores que visamos o aprendizado e a convivência na sociedade.

Durante o processo de construção da mesma a docente em questão aproveitou a oportunidade para colocar todas as suas dificuldades em realizar seu trabalho com alunos que necessitem de atendimento educacional especial. Em uma de suas falas, deixa bem claro que não tem nenhum conhecimento específico que possa ajudá-lo a atender e ao mesmo tempo sistematizar o processo de aprendizagem, levando esses alunos a participarem e compartilharem os objetivos propostos dentro da disciplina.

Outro fator preponderante apresentado pela mesma foi a falta de estrutura física e material. Torna-se difícil para o docente, que às vezes se divide em 3 períodos, buscar conhecimento através de referências que venham ajudá-lo a transpor as barreiras da inclusão, pois não existe um material didático específico para o aluno, a professora depende da equipe de gestão providenciar as adaptações necessárias para que se possa atender de forma precária este aluno.

A fala do aluno com quadro de deficiência múltipla, regularmente matriculado nesta escola, relata que os professores não estão preparados para lidar com as diferenças e o currículo não está adaptado as necessidades individuais. Durante a realização das atividades, os colegas o ajudam envolvendo e tentando ajudá-lo na superação de algumas barreiras. Mas sua fala se repete ao afirmar a falta de preparação dos professores que cobram dele respostas metodológicas que não cabem a ele encontrá-las.

Durante este processo ficou claro bem claro que existe um difícil acesso do professor em relação à busca de conhecimento, apoio, auxílio para melhorar sua prática dentro da sala, informações estas que fazem toda a diferença para o processo ensino-

aprendizagem, sendo que as dificuldades são muitas nas escolas, mas não podem ser motivo para o professor não atender os alunos que precisem de atendimento educacional especializado de forma que possa ensinar a disciplina de Língua Portuguesa plenamente, conforme se pode observar, existe uma lacuna entre o professor trabalhar com a diversidade em sala de aula e a efetivação da inclusão. Assim é importante, que o professor conheça os seus alunos, que saiba trabalhar com as diferenças encontradas dentro das salas de aula.

A análise mostrou a importância do professor de Língua Portuguesa rever a forma de como ensinar, de como redefinir as tarefas de aprendizagem e levar em conta o ambiente da aprendizagem. Outro fator interessante é a responsabilidade do professor diante da aprendizagem do aluno, pois da forma que o professor tem a responsabilidade ensinar o aluno, o aluno tem a responsabilidade de aprender. Ele também deve transmitir para seus alunos o conhecimento de mundo, de modo que se formem cidadãos conscientes do que diz respeito a discriminação inclusão e cultura aspectos estes determinantes para uma construção e formação de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

Assim sendo, concluo este trabalho de pesquisa, com o objetivo de deixar uma porta aberta para outros interessados neste assunto, pois o mesmo é amplo e inesgotável para aqueles que se interessam e que visam uma educação de qualidade para todos os alunos especiais ou não. É um tema que deve ser estudado enfaticamente visando possibilitar o acesso de todos a uma educação igualitária e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Paradigmas da Relação da Sociedade com as pessoas com Deficiência**. In. Revista do Ministério Público do Trabalho, ano XI, nº21, 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial- SEESP. **Subsídios para Organização e Funcionamento de serviços de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução nº 2 de 11 de setembro de 2001**. CNB/CNE. Brasília, DF: MEC, SEESP, 2001.

BRASIL. Coordenaria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, 1994.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial (SEESP). **Revista Inclusão**. V1, n.1 (out.2008). Brasília: 2008.

BRASIL. Decreto nº 3.289, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7853, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora da Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília: 1999.

BATISTA, Cristina Abranches Mota e MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Educação Inclusiva**. Ministério da Educação Especial. (MEC/SEESP). Brasília, 2005.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Políticas Educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas.** Revista Brasileira de Educação Especial. V.3.n.5, 1999.

CIRANDA DA INCLUSÃO. **A revista do educador.** São Paulo: Ciranda Cultural, n:11, ano 1, out.2010.

COLL, Cesar. PALACIOS, Jesus & MARCHESI, Álvaro (organizadores), **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

EDLER, Rosita Carvalho. **A Nova LDB e a Educação Especial.** Rio de Janeiro: wva, 1997.

FARIA, Filho Luciano Mendes de, & VIDAL, Diana Gonçalves. **História da educação no Brasil:** a Constituição História do campo e sua configuração atual Educação em foco. Juíz de Fora: v7. N° 2, 2003.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o trabalho científico: elaborado e formatação científico:** explicação das Normas da ABNT -14. ed.-Porto Alegre: s.n., 2008.

GADOTTI, Moacir. **Histórias das Idéias Pedagógicas.** São Paulo: Editora Ática, 1995.

GLAT, Rosana. **A Integração dos excepcionais: realidade ou mito?** Mensagem da Apae. p.11-14,1988.

GOFFREDO, Vera Lúcia Flor Senéchal de. **Educação Especial:** tendências atuais. Brasília: 1999.

INCLUSÃO: Revista da Educação Especial/ Secretaria de educação especial. V.1, n.1 (out.2005). Brasília: 2005.

LEI n. 9.394/96 disponível em: HTTP: WWW.soleis.adv.br/diretrizes_bases_educacao.htm. Acesso em 20 de agosto. 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **DIDÁTICA**. 28º reimp. São Paulo: Cortez, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Compreendendo a Deficiência Mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Editora Spicione, 1988.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com Deficiência**: contribuindo para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: editora senac, 1997

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas- 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MATTOS, Paulo. **No mundo da lua**: perguntas e respostas sobre o transtorno do déficit de atenção com hiperatividade em crianças, adolescente e adultos. 4º Ed. São Paulo: Lemos Editorial, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Tema em Educação Especial**: avanços recentes. São Paulo: Edufscar, 2001.

NOGUEIRA, Mário Lucio de Lima. **O Fazer Psicopedagógico com portadores de altas habilidades**. In: Congressos Brasileiros de Psicopedagogia, v. 2000, São Paulo: Mackenzie, 2000.

NUNES, Francisco de Paula Sobrinho e NAUJORKS, Maria Inês. **Pesquisa em Educação Especial**: o desafio da qualificação. Bauru. SP: ESUSC, 2001.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e Mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Trad. Ernani da Rosa. Porto Alegre: artmed, 2002.

PRADO, Maria Elisabete Brisola Brito & FREIRE, Fernanda Maria Pereira. **A Formação em Serviço visando à reconstrução da Prática Educacional**. São Paulo: Cortez, 2001.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

ANEXO

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1- A escola oferece livros didáticos de Língua Portuguesa específicos e adequados para o aluno com Deficiência Múltipla?

Não, na escola não tem livros didáticos específicos de Língua Portuguesa, no caso livros ampliados para a deficiência do aluno que precisa de auxílio para participar das aulas.

- 2- A escola dispõe de um currículo apropriado para o aluno com atendimento educacional especializado?

A escola e o corpo docente elaboram o currículo pedagógico para todos os alunos que frequentam a escola, mas o aluno com atendimento educacional especializado.

- 3- A avaliação do processo ensino-aprendizagem da disciplina de Língua Portuguesa é relevante com o aprendizado, assim como, com o desenvolvimento da aprendizagem do aluno que apresenta Deficiência Múltipla?

Com tantas dificuldades que a escola tem e que eu também tenho para trabalhar com ele na disciplina de Língua Portuguesa, ele consegue corresponder as propostas das atividades, provas, trabalhos, etc..., e ele tem dificuldade como qualquer outro aluno que não tenha deficiência, ele é esforçado”

- 4- A escola tem condições arquitetônicas, a acessibilidade, de receber os alunos com atendimento educacional especializado?

A escola passou por uma reforma da infraestrutura com objetivo de atender os alunos com atendimento educacional especializado, agora na escola já tem rampas, os banheiros e bebedouros estão adaptáveis, as carteiras, a entrada da sala também foi facilitada, a biblioteca esta ao alcance dos alunos cadeirantes... aos poucos esta melhorando.

- 5- Na escola de ensino regular há uma sala de recursos para que o aluno que apresenta Deficiência Múltipla possa receber um atendimento especializado contribuindo para o aprendizado da disciplina de Língua Portuguesa?

Oferece sim, ele frequenta todos os dias (segunda a sexta-feira) a sala de recurso em horário oposto das aulas regulares no 9º ano”. Lá ele é auxiliado por uma professora pós-graduada em Educação Especial e é que capacitada em LIBRAS e BRAILLE e informática, entre outros cursos...

Contribui, sim e muito porque na sala de recurso, ele pratica o que aprendeu em sala de aula, além de exercitar a leitura, a escrita,, faz pesquisas na internet,

sendo que os computadores tem um programa específico de informática que são adaptáveis para os alunos com atendimento educacional especializado.

- 6- Quais são os tipos de metodologias que a escola disponibiliza para a professora utilizar na disciplina de Língua Portuguesa?

Eu utilizo metodologias tecnológicas que a escola oferece como: data show, que me auxiliam na transmissão dos conteúdos durante as aulas e para a apresentação dos trabalhos escolares dos alunos, e o aluno que apresenta deficiência múltipla sente-se a vontade de participar das aulas e apresentar os trabalhos

- 7- Como ocorre o processo de interação entre o aluno que apresenta deficiência múltipla e os demais alunos da classe?

Os alunos ajudam, auxiliam ele durante as atividades feitas em sala de aula, assim como em outra atividade e exercícios realizados na escola. Ele participa dos eventos, das festas que acontecem na escola... O aluno conversa com os colegas de forma espontânea, e isso faz bem pra ele. Ele gosta de participar de todos os acontecimentos da escola junto com seus amigos da classe.

- 8- Quais são as dificuldades encontradas pela professora de Língua Portuguesa ao lecionar para o aluno com Deficiência Múltipla?

É encontrar os materiais didáticos apropriado para ele, na escola não tem. Todo dia eu elaboro os conteúdos das aulas separadamente. O ideal seria na escola existisse cada material para todas as necessidades ou dificuldade dos alunos com atendimento educacional especializado.

- 9- Durante a formação acadêmica a professora obteve conhecimentos teóricos sobre Tópicos da Educação Especial como disciplina curricular acadêmica?

Eu me formei em Letras, em 2004 e não estudei nenhuma disciplina referente à educação especial como Tópicos da Educação Especial, de modo que o que sei sobre o assunto é por meio de pesquisa pessoal e por palestras, encontros realizados aqui pela direção da escola. É a primeira vez que trabalho com aluno com deficiência múltipla.

- 10- A professora tem preparação para ministrar as aulas de Língua Portuguesa para o aluno portador de deficiência múltipla, assim como, em outras deficiências?

Eu nunca participei de cursos específicos para trabalhar com o aluno com deficiência múltipla, a coordenação da escola me orienta para trabalhar com ele.

Eu não me sinto preparada totalmente para trabalhar com o aluno que necessite de atendimento educacional especializado, mas eu me esforço para ensinar a Língua Portuguesa, da mesma forma que ensino os outros alunos. Eu sei que tenho que conhecer mais sobre a educação especial e sobre a melhor forma de mediar o ensino da disciplina para os alunos que precisem de atendimento específico”.

11- Em sua opinião, a escola está preparada em atender os alunos com atendimento educacional especializado, no que diz respeito a um ensino de qualidade?

Ainda não, falta melhorar muito o ensino que é dado pela escola que recebe alcançando os ideais de uma boa educação oferecia a eles. Ate porque, agora que a escola está começando a se adaptar e a receber os alunos especiais... O que falta é investir na escola e nos professores que trabalham com estes alunos mesmo.

12- Entre a escola e os professores há comunicação sobre o melhor atendimento educacional especializado aos alunos que necessitem de uma prática pedagógica especializada para o processo ensino-aprendizagem?

Sim, mas não é suficiente é superficial, as dúvidas existem e por isso, a comunicação precisa ser constante através de palestras, cursos, debates, reuniões para troca de experiências entre os professores com propósito de melhorar a prática pedagógica exercida em sala de aula e para todos os membros da escola.

13- Qual é a opinião do aluno que apresenta a deficiência múltipla em relação ao despreparo dos professores e da escola sobre o atendimento educacional especializado?

A escola tem que ajudar ou preparar os professores para darem as aulas aos alunos com deficiências

14- Você como educador, considera importante que a escola disponha de um respaldo ou apoio profissional, pedagógico, assim como a participação da família como fator determinante para o sucesso do processo ensino-aprendizagem do aluno com atendimento educacional especializado?

Sim, o professor sozinho não consegue trabalhar com os alunos que necessitem de atendimento educacional especializado é preciso ter a orientação de profissionais especializados e também, tem que ter o apoio da escola e da família do aluno, sem o apoio tudo fica mais difícil, complicado.